

ÁREA TEMÁTICA:

- () COMUNICAÇÃO
- () CULTURA
- () DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- (X) EDUCAÇÃO
- () MEIO AMBIENTE
- () SAÚDE
- () TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- () TRABALHO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PATRONATO DE PONTA GROSSA - PR

Neidyérika Lemes Alves (Filiação: UEPG. E-mail: neidyerika@yahoo.com)

Milena Pacheco (Filiação: UEPG. E-mail: mblsp@hotmail.com)

Marli de Fátima Rodrigues (Filiação: UEPG. E-mail: marlirodpg@uol.com.br)

Resumo: Em meio aos debates acerca da curricularização da extensão no ensino superior, este artigo pretende apresentar a contribuição de um programa extensionista, de caráter multidisciplinar, para a formação acadêmica e profissional. Utilizamos como referência o Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa - PR, uma ação extensionista que presta atendimento jurídico, pedagógico, psicológico e social aos egressos do sistema penitenciário e aos indivíduos que cumprem Prestação de Serviço Comunitário (PSC) como medida alternativa. Neste Programa, atuam professores, profissionais recém-formados nas áreas de Pedagogia, Direito, Psicologia e Serviço Social e, ainda, estagiários das áreas citadas e da área de Administração. A partir de pesquisa bibliográfica e documental destaca-se a importância da extensão universitária na formação acadêmica e profissional referenciadas na Meta 12, do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A partir da experiência desenvolvida pelo Programa Patronato é possível afirmar a possibilidade de inserir no currículo atividades extensionistas como parte da formação e profissionalização dos graduandos na medida em que essa experiência incorpora as demandas sociais e proporciona uma formação crítica aproximando a universidade da comunidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Patronato, Formação Acadêmica.

INTRODUÇÃO

Dentre os programas e projetos extensionistas desenvolvidos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, destaca-se o Programa Patronato Penitenciário, desenvolvido por meio de parcerias entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA).

O Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa tem caráter multidisciplinar, sendo que seu objetivo é o de prestar atendimento Pedagógico, Jurídico, Psicológico e

Social aos sujeitos que cumprem pena em Prestação de Serviço Comunitário (PSC) como medida alternativa.

O Programa Patronato busca as condições necessárias para que uma execução penal converta-se em benefício e oportunidade de ressocialização dos sujeitos, despertando-os para questões de cidadania e condições para o retorno ao convívio social dos egressos do Sistema Penitenciário.

De modo geral, os beneficiários de medida alternativa de PSC, denominados de “assistidos” pelo Programa Patronato, são atendidos por toda a equipe e de acordo com o delito praticado recebem atendimento especializado e acompanhamento mensal.

A equipe de trabalho procura conhecer as particularidades do seu público de atendimento, considerando a realidade de cada sujeito e oferecendo um encaminhamento adequado para o cumprimento da pena. Cabe a cada equipe desenvolver um projeto de trabalho com metodologia e sistêmicas próprias em função das especificidades das áreas e as necessidades dos assistidos.

OBJETIVOS

Esta pesquisa procura apresentar a importância da extensão universitária para a formação acadêmica e profissional, bem como, para a comunidade em geral, tendo como referência o Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa - PR, o qual é uma ação extensionista, responsável pelo acompanhamento técnico do indivíduo que cumpre pena em Regime Aberto e Semiaberto, Livramento Condicional, Liberdade Vigada e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), encaminhados pelas Varas Criminais, Vara de Execuções Penais e Juizado Especial Criminal da Comarca de Ponta Grossa.

METODOLOGIA

A pesquisa é realizada com base em uma análise documental e bibliográfica que contribuirá para a reflexão da prática exercidas pelos profissionais, bem como para o aprimoramento das ações realizadas no Programa. Para isto, são utilizados os documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a Constituição Brasileira de 1988, o Plano Nacional de Educação de 2014-2014 (Lei 13.005/2014) e a Resolução do Conselho Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 2009, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A atual Constituição, promulgada em 1988, estabeleceu o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art.207), assim como diretrizes norteadoras para o ensino superior são estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996. Ainda, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, estabelece:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Para além do compromisso do Estado Brasileiro com a democratização do acesso à educação superior, expressada na meta citada acima, espera-se elevar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% no segmento público. Sendo que uma das estratégias para o alcance de tal meta é assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (PNE 2014-2024, Meta 12, Estratégia 12.7).

Pode-se afirmar que a extensão possui o importante papel de prestar um serviço de caráter social, ao mesmo tempo em que enriquece a formação acadêmica, sendo ela um processo de aprendizagem reflexiva e dialógica, preocupada com a transformação constante da realidade. Evidentemente, que práticas de extensão nas universidades são necessárias para que na formação acadêmica e profissional do(a) graduando(a) seja aproximada a teoria da prática, como afirma Garcia (2012, p.40) “são necessárias práticas de extensão na formação profissional para aproximar a teoria e a prática na direção de uma práxis, se assim ocorrer”.

Assim, se estabelece uma integração entre as necessidades da comunidade e as atividades acadêmicas, envolvendo relações sociais e humanas e articulando conhecimentos e saberes, além de promover uma reflexão acerca do desenvolvimento humano e da transformação social.

As atividades que se relacionam com o período acadêmico, necessitam da mediação de professores e demais profissionais envolvidos para que possam concretizar as

ações de cada projeto a fim de que alcance o cunho social, aliado às parcerias entre as Instituições.

RESULTADOS

As ações extensionistas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) estão regulamentadas pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE de nº 235, de 08 de dezembro de 2009. Este documento além de regulamentar as práticas e ações extensionistas também possibilita uma melhor compreensão da importância de tais práticas para a sociedade ao inferir que:

Art.1º A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. (RESOLUÇÃO CEPE, 2009, p. 01).

Deste modo, essas práticas que articulam a relação teoria-prática, auxiliadas por constantes reflexões contribuem para que ocorra de fato a aproximação entre universidade e comunidade. Assim, o Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, desenvolvido via extensão, permite a participação de profissionais recém-formados das áreas de Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Direito, contemplando ainda, estagiários das respectivas áreas, acrescido da área de Administração. As ações desenvolvidas objetivam sensibilizar o egresso do Sistema Prisional, bem como, os assistidos que não passaram pelo regime fechado, para questões de cidadania e o convívio social com mais qualidade. Assim, contribuindo para a diminuição da reincidência criminal.

Diante do exposto, afirma-se que a participação dos graduandos das áreas citadas acima é de fundamental importância, visto que ao terem contato desde a formação acadêmica com um trabalho de caráter multidisciplinar, que aborda algumas necessidades sociais, passam a compreender a realidade em seu entorno e, assim, ao se tornarem profissionais graduados, exercerão a profissão com mais qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso deixar em evidência que os programas extensionistas foram criados para permitir ao acadêmico a proximidade com a realidade social e auxiliar nas demandas do trabalho com a comunidade. Atualmente, a extensão universitária tem caráter formativo e faz parte do processo educativo, sendo fundamental na formação educacional,

cultural e científica que permite ao acadêmico relacionar os saberes teóricos de ensino e pesquisa com as experiências vivenciadas nas atividades extensionistas.

Deste modo, a parceria entre a universidade, por meio de programas ou projetos extensionistas, tem sido uma possibilidade de articular teoria e prática de maneira indissociável, permitindo uma formação acadêmica mais sólida, uma vez que os alunos vivenciam a realidade, sob supervisão de profissionais e coordenadores das áreas.

O Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa conta com a participação de 11 (onze) estagiários, os quais tem a possibilidade de vivenciar experiências diárias de acompanhamento dos assistidos e da rotina do trabalho da equipe, realizando ações e projetos que atendam as principais demandas dos assistidos, como início ou retorno aos estudos, tratamento para usuários de drogas, reuniões e oficinas reflexivas sobre questões ambientais, drogas, violência intrafamiliar, entre outros encaminhamentos condizentes com as necessidades apresentadas pelos assistidos. O Programa permite ainda aos estagiários a participação em pesquisas e elaboração de artigos. Deste modo, compreende-se a importância significativa da extensão articulada à graduação.

Sendo assim, pensar sobre possibilidades de novas atividades extensionistas vinculadas aos currículos e projetos pedagógicos dos cursos de graduação torna-se um dos meios para o enriquecimento curricular e melhoria da formação acadêmica e profissional, considerando, entre outros fatores, a necessidade de articular teoria e prática e aproximação da universidade com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 2013. 61 p. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em: 30/10/2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Lei que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acessado em 28 de maio de 2016.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Ponta Grossa-PR). Resolução CEPE nº 235, de 08 de dezembro de 2009. Disponível em:

http://www.uepg.br/proex/Documents/Legisla%C3%A7%C3%A3o/reso_235.pdf Acesso em: 30/05/2016.

GARCIA, Berenice Rocha Zabbot. **A contribuição da extensão universitária para a formação docente**. 2012. 115f. Tese (Doutorado em Educação – Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.